

LUANDA, CIDADE INFORMAL? estudo de caso sobre o bairro Rocha Pinto

Carlos Manuel Mira Godinho F. Lopes*

Resumo: Luanda, como outras cidades da África subsahariana (ASS), apresenta sintomas evidentes e diversificados de um processo de informalização crescente. À dimensão económica (traduzida na expansão e crescimento acelerado das actividades económicas não oficiais) e à dimensão espacial (reflectida no crescimento contínuo e descontrolado dos assentamentos informais – os míticos musseques de Luanda – e dos modos/processos de apropriação/ocupação/utilização do espaço), acrescentam-se ainda sinais não negligenciáveis de penetração da informalidade a nível do funcionamento do próprio Estado, dos processos de tomada de decisão, das relações sociais em geral.

O recurso por parte de fracção significativa da função pública, com estrita finalidade de sobrevivência, à pluri-actividade e à co-participação nas designadas actividades informais, a detenção por parte de grupos sedeados no aparelho de Estado de interesses empresariais no sector informal, a utilização privada de cargos públicos para alargamento das redes de clientela ou para a obtenção de rendimentos informais suplementares, o recurso banalizado ao capital de influência ("abrir corredores", na gíria angolana) ou a corrupção generalizada e socialmente despenalizada aos diferentes níveis da hierarquia social ("a gasosa", que no quotidiano luandense permite superar obstáculos aparentemente incontornáveis) são algumas das manifestações que dão suporte à tese.

Num contexto local onde se cruzam transições múltiplas (do regime de partido único para o multipartidarismo, da economia centralizada e administrativamente dirigida para a economia de mercado, da guerra civil explícita para uma indefinida e incompleta reconciliação nacional), geradoras de um ambiente de incerteza, instabilidade e precariedade que a globalização acentua (por exemplo, através dos efeitos resultantes da vulnerabilidade e dependência da economia angolana em relação às receitas petrolíferas e, portanto, face às flutuações da cotação do crude no mercado internacional e às estratégias de aprovisionamento das multinacionais petrolíferas), o comportamento dos agentes económicos e as práticas dos actores sociais incorporam indícios de mudança e transformação que importa acompanhar e tentar apreender.

O objectivo desta comunicação é, com base num estudo de caso sobre um bairro carismático da capital angolana – o bairro Rocha Pinto** – e fazendo recurso a elementos informativos de natureza empírica, ilustrar algumas das tendências referidas, particularmente as que se relacionam com a dimensão económica e com a dimensão espacial. Na introdução, para além de se dar corpo ao conceito de informalidade e a algumas das suas diferentes emanações, faz-se um retrato a grosso da história sócio-económica e da evolução espaço-demográfica de Luanda no pós-independência e procede-se a uma muito breve caracterização da estrutura e evolução da economia angolana. A análise dos indicadores espaço-sócio-económicos recolhidos no bairro Rocha Pinto-, com o objectivo de identificar a extensão, a evolução e as diferentes dimensões da informalidade, constitui o eixo central da comunicação, cuja conclusão principal aponta no sentido da constatação inicial: Luanda é, cada vez mais, uma cidade informal.

INTRODUÇÃO

1 – Nas cidades africanas, o *sector informal* produz, emprega, distribui rendimentos e assegura a sobrevivência da esmagadora maioria das respectivas populações. Luanda, a capital angolana, não constitui excepção.

Um relatório do PNUD sobre a evolução da economia angolana em 1998 (PNUD, 1999a) sublinha a importância do sector informal como fonte alternativa de emprego e estima em 20 a 30 % o seu contributo para o PNB não-petrolífero. O referido relatório destaca o expressivo peso das actividades comerciais (87%) no contexto do sector informal e destaca também o papel deste subsector como recurso de sobrevivência das populações urbanas, em particular para as mais recentemente deslocadas para as áreas urbanas. Ainda de acordo com a mesma fonte, em Luanda, com uma taxa de desemprego estimada entre 25 a 35%, e com um sector formal com uma capacidade

* CEA, ISCTE - LISBOA

** Os referidos elementos foram recolhidos em 1996, no âmbito da pesquisa realizada pelo autor para elaboração da sua tese de mestrado em Estudos Africanos – "A formação de preços nos mercados informais de Luanda: estudo comparativo dos mercados Congolezes, Rocha Pinto e Shabba" -, e em 1999 no quadro do projecto de investigação multi-disciplinar "Urbanização acelerada em Luanda e Maputo: impactos da guerra e das transformações sócio-económicas (décadas de 80/90)" em que também colabora.

de absorção cada vez mais limitada, o auto-emprego no sector informal constituiu uma parte importante das estratégias de sobrevivência das populações urbanas mais carenciadas.

No mesmo sentido, o Programa de Recuperação e Estabilização Económica de Médio Prazo 1998-2000 do Governo Angolano refere a presença do sector informal em *todos os domínios de actividade*, acentuando a sua importância enquanto *sistema de sobrevivência económica e de reprodução social* e reconhecendo o seu acentuado processo de crescimento.

Por sector informal entende-se, na linha da concepção da ONU (1996) e de Queiroz (1999), todo um vasto leque de comportamentos económicos, socialmente admissíveis¹, realizados fundamentalmente com finalidades de sobrevivência e que escapam quase totalmente ou, pelo menos, parcialmente ao controlo dos órgãos de poder público local/regional/nacional em matéria fiscal, laboral, comercial, sanitária ou de registo estatístico. Trata-se de actividades económicas legais realizadas por agentes económicos ilegais, não cabendo portanto neste campo as designadas actividades ilícitas (contrabando, tráficos, furto, etc), englobando geralmente a pequena produção mercantil (artesanal-industrial: indústria alimentar, confecções, mobiliário, etc), os transportes, o pequeno comércio (grossista e retalhista), os mercados informais², a prestação de serviços e as actividades de intermediação financeira. Segundo Queiroz (1999), em Angola, e particularmente em Luanda, a economia informal abrange o comércio retalhista (realizado em locais fixos - à porta das habitações, nas ruas, em estabelecimentos improvisados, em praças e nos mercados - ou pelo sistema ambulante), a prestação de serviços variados (reparação/manutenção de automóveis, de electrodomésticos, serviços de carpintaria/electricidade, serviços domésticos, etc), o mercado de emprego, a construção, os transportes e um sistema cambial e financeiro³ que suporta toda a estrutura da economia informal angolana. O relatório do Desenvolvimento Humano do PNUD sobre Angola - 1999, refere a presença, entre os variados agentes activos no sector informal, de sapateiros, vendedores ambulantes, taxistas, restauradores, agentes de câmbio, etc, constituídos na sua maioria por mulheres, grupos de jovens desempregados, menores, deslocados de guerra, desmobilizados das forças armadas e trabalhadores do sector público. O relatório supracitado identifica as principais razões que induzem ao ingresso nas actividades informais: nível elevado de crescimento da população urbana como consequência de altas taxas de fecundidade e de vagas sucessivas de deslocados provenientes das áreas rurais, nível elevado de desemprego, nível elevado de analfabetismo, redução e declínio do salário real devido à hiperinflação.

A dimensão económica surge assim como a face mais visível de um fenómeno complexo, multi-dimensional e multiforme: a *informalidade*. Mas a informalidade está também presente ao nível das relações sociais, dos sistemas de comunicação, dos processos de tomada de decisão, desempenhando um papel específico e relevante em relação aos mecanismos de coesão/reprodução das unidades familiares, pondo em jogo redes de solidariedade, modos particulares de sociabilidade, sistemas de valores próprios. Chega-se assim a uma concepção ampla do fenómeno: M.Laguette (1994) define a informalidade como *uma estrutura de acção, implicando a existência de um espaço (casa/escritório/rua/etc) onde a acção é desenvolvida, a existência de actores (cujo comportamento pode ser formal ou informal), a existência de um sistema formal (que permite definir e delimitar o que é informal) e a existência de uma intencionalidade (explícita ou implícita) no sentido de concretizar objectivos específicos (sobrevivência, acréscimo de rendimentos, evasão fiscal, etc).*

¹ Queiroz (1996) identifica a admissibilidade social com a indiferenciação social da eventual condenabilidade jurídica dos comportamentos económicos informais, com uma certa ideia de desculpabilização/justificação do acto, resultante de um determinado estado de necessidade económico-social. O autor refere que a admissibilidade social decorre, num contexto determinado, da generalização de determinadas práticas económicas que se transformam em costume, como resultado da conjugação de factores diferenciados e inter-actantes, e que têm a ver com a matriz sócio-cultural que subjaz as relações económicas, com as imposições estruturais ou conjunturais que o sistema sócio-económico determina sobre os seus agentes e com a atitude complacente e tolerante das autoridades face à prática de tais actos.

² Em Angola, a expressão "mercado paralelo" identifica genericamente os mercados informais, reflectindo a emergência e o crescimento acelerado de espaços de realização do comércio retalhista informal, na fase de vigência do modelo de organização centralizada e administrativa da economia angolana adoptado no pós-independência.

³ Segundo F. Queiroz (1999), a trave mestra da estrutura económica informal em Angola é o *sistema cambial e financeiro informal*, constituído por uma *moeda própria* (o dólar norte-americano, em relação à qual o Kwana é indexado), pela *fixação de paridades cambiais próprias*, por *operadores próprios* (os cambistas, os intermediários e as kinguilas, que procedem à transacção da moeda em praticamente todas as esquinas da cidade) e um *sistema de crédito informal*, baseado na filosofia das associações mutualistas de rotação de poupanças, as kixikilas. Sublinhe-se também que os desenvolvimentos recentes no sector cambial-financeiro informal permitem identificar a emergência de uma nova profissão associada à actividade das kinguilas - a prestação de serviços de segurança - bem como o aparecimento de ONGs (como é o caso da Development Workshop no mercado Roque Santeiro) e de Instituições de origem nacional (o Ministério da Família e Promoção da Mulher arrancou em 10 de Setembro de 1999 com um Programa Nacional de Micro-créditos) a promover programas de financiamento a alguns segmentos do sector informal sob a forma de micro-crédito.

A informalidade é, deste modo, perspectivada como um processo, estando presente em todos os aspectos do funcionamento da sociedade. Refere-se ao comportamento intencional dos seus actores e é indissociável da existência do sector formal. Sector formal e sector informal constituem assim os dois subsistemas de um sistema mais amplo (os dois pólos de um *continuum*) que se organiza ele próprio (como acontece em relação a cada um dos subsistemas) em termos de uma lógica de hierarquia e inter-dependência e cujas fronteiras são difusas, fluidas, flexíveis e dependentes do contexto e da conjuntura. Se o subsistema informal é regulado pelo subsistema formal, em relação ao qual é dependente e periférico, também exerce um papel regulador relativamente ao funcionamento do subsistema formal.

A informalidade – entendida como uma construção social – é definida pelo conceito legal que, num determinado momento, identifica e delimita o sistema formal, permanecendo sempre latente e realizando ajustamentos sucessivos em relação à evolução do sistema formal (retrai-se quando o sistema formal está em expansão e vice-versa). Nesta lógica de raciocínio, M.Laguerre (1994) identifica a génese da informalidade em quatro contextos diferenciados: historicamente, a informalidade precede a formalidade, ou seja, as práticas informais são anteriores às práticas formais (p.ex: a criação do Estado-Nação formalizou diversas práticas até aí informais); a formalidade nunca é absoluta, ou seja, mesmo nos processos mais formalizados se pode verificar a intervenção de elementos/práticas informais (p.ex: a existência de “influências pessoais” nos processos de selecção/recrutamento das empresas transnacionais); a informalidade resulta da imposição do sistema formal e da forma como os actores sociais se adaptam às respectivas imposições (p.ex: o comércio paralelo transfronteiriço em África reflecte a resposta das antigas redes mercantis às novas condições resultantes das imposições associadas à criação da estrutura comercial colonial/formal – delimitação de fronteiras entre Estados, obrigatoriedade de pagamento de direitos aduaneiros, outorga de monopólios comerciais às grandes companhias concessionárias, etc); as falhas e lacunas do sistema formal são geradoras de informalidade (p.ex: em África, à medida que o Estado foi perdendo capacidade de fornecer às populações bens e serviços essenciais – transporte, educação, saúde, etc – essas áreas de intervenção foram sendo preenchidas, colmatadas, pelos operadores informais).

Neste quadro conceptual, o espaço urbano surge como o espaço – físico, temporal, social - em que as práticas informais encontram um habitat natural, propício à sua concretização, sob modalidades diversas e heterogéneas e com base em mecanismos diferenciados de apropriação/utilização do espaço, de gestão do tempo e de arbitragem dos benefícios/utilidades de opções entre as práticas formais e as práticas informais, ou até mesmo através do recurso a soluções híbridas ou pontuais. A *cidade informal* revela-se na proliferação e diversificação da economia informal, na informalização (leia-se: nos modos de apropriação/organização do espaço urbano e de utilização dos espaços públicos) crescente do espaço urbano, nas práticas e nas lógicas de sobrevivência das famílias e das redes de solidariedade ou nas lógicas identitárias de matriz étnica (os enclaves étnicos são, geralmente, espaços de emergência de práticas informais específicas – p.ex: o recurso a práticas médicas tradicionais), manifestando-se também no interior das grandes empresas burocratizadas e formalizadas, surgindo infiltrada no seio do sistema policial-judicial e até mesmo no coração do próprio poder formal, o sistema político-administrativo (p.ex: na forma, nas finalidades e nos modos como são conduzidas as políticas de planeamento urbano).

2 – Angola tem vivido no pós-independência, e tendo como pano de fundo uma guerra civil, mais ou menos latente, quase permanente, um processo de profundas transformações políticas, económicas e sociais. Em termos estruturais, a economia angolana encaixa na perfeição na tipologia formulada por P. Hugon (1999): uma economia petrolífera, em que a renda gerada no enclave petrolífero permite alimentar, por um lado um considerável esforço de guerra e, por outro lado, todo o aparelho burocrático-administrativo adstrito a um Estado cada vez mais incapaz de dar resposta às necessidades fundamentais dos cidadãos. Paralelamente, regista-se a coexistência de um sector agrícola tradicional com um sector industrial não-petrolífero em declínio, a que se acrescentam níveis elevados de terceirização e de informalização da economia. O fenómeno de progressiva dependência das receitas da exportação do petróleo e das importações de todo o tipo de bens transaccionáveis tem vindo a acentuar-se, apesar do desmantelamento da maior parte dos mecanismos de regulação e controlo centralizado e administrativo da economia que caracterizaram o regime de partido único. A transição para uma economia de mercado num modelo político de matriz multipartidária não constituiu, por si só, um travão ao processo de involução da economia angolana e ao extremar da degradação das condições de vida da grande maioria dos angolanos. Os desenvolvimentos político-militares, nomeadamente o insucesso do processo de paz e de reconciliação nacional com implicações ao nível da destruição massiva de infra-estruturas, da criação de discontinuidades no espaço e tecido económicos e da alocação prioritária de recursos para os gastos militares, e a ineficácia das políticas económicas adoptadas, caracterizadas por níveis elevados de incerteza e de incoerência e, frequentemente, orientadas para a satisfação

dos interesses particulares de grupos de pressão (e respectivas redes de clientela) específicos (p.ex: a manutenção, ao longo de muitos anos, de uma moeda nacional sobrevalorizada ou a forma pouco transparente como tem sido conduzido o processo de privatizações ou como se processa o acesso à terra e à propriedade) conduziram a economia angolana para desequilíbrios consecutivos relativamente aos principais indicadores macroeconómicos e para fracos níveis de desempenho. De acordo com o PNUD (1999 a), o país experimentou em 1998 severas restrições macroeconómicas, com altos índices de inflação, elevados défices fiscais e das contas externas, alta volatilidade das taxas de câmbio (oficial e paralela) , níveis elevados de desemprego e crescente pressão dos encargos resultantes da dívida externa de curto prazo sobre a *performance* económica. Socialmente, tal como se evidencia no Relatório do Desenvolvimento Humano sobre Angola do PNUD (1999b) o panorama não se apresenta mais animador: degradação contínua das condições de vida das populações com o decorrente aumento dos indicadores de pobreza, incapacidade crescente do Estado na provisão dos serviços básicos (educação, saúde, justiça, segurança, saneamento, abastecimento de água e energia), proliferação de variados mecanismos de transferência da riqueza a favor de uma reduzida elite nacional, constituída pelas redes de clientela que pululam em redor de grupos de interesses sedeados na *nomenclatura* política e militar, com o conseqüente agravamento da desigualdade económica e níveis elevados de corrupção.

Neste contexto, sob a contínua pressão do fluxo migratório gerado pela guerra e da sua própria dinâmica de crescimento populacional, num cenário marcado pelo uso deficiente⁴ e pela sobreutilização do equipamento social cidadão e perante a ausência de uma política urbana orientada para a manutenção e crescimento das infra-estruturas urbanas, a cidade de Luanda cresceu explosivamente, crescimento acelerado que transformou a capital angolana num centro urbano com características muito semelhantes às que identificam as grandes cidades da África ao Sul do Sara⁵. Segundo o PNUD (1999b), *a poluição atmosférica, a enorme concentração de resíduos sólidos e líquidos, a falta de água potável, o congestionamento do tráfego rodoviário, criminalidade, pobreza e colapso das estruturas provedoras de serviços sociais caracterizam alguns dos agregados urbanos de Angola, em particular a capital do país.*

O referido relatório, com base no Boletim Demográfico 9 do INE, estima a população de Luanda em 2.740.000 habitantes⁶ (dos quais 725.000 deslocaados) num total de 13.010.000 angolanos e refere que *perante a "ausência da mão do Estado" e o "cerco das necessidades" as populações criaram alternativas de sobrevivência, auto-construindo habitações e gerando novos bairros* – musseques que cresceram ignorando os aspectos organizacionais, infraestruturais e sanitários respeitantes a uma habitação adequada - *que posteriormente foram sendo reconhecidos pelo Estado.*

Como observam os autores do supracitado relatório, na maioria dos casos as populações foram-se instalando onde existiam "terrenos sem dono", adquiridos pelos cidadãos comuns a terceiros (muitas vezes funcionários do Estado, que através do *esquema* da venda e revenda, obtêm assim rendas consideráveis) como forma de ultrapassar os procedimentos administrativos necessários. A resposta à forte procura de habitações tem sido conseqüência do dinamismo individual dos cidadãos⁷, que com base na rede familiar fabricam eles próprios os blocos de cimento, edificam as fundações e levantam as paredes das habitações (que na sua maioria são construídas com material de construção definitivo), recorrendo frequentemente ao mercado informal para aquisição da mão-de-obra especializada (pedreiros/electricistas, etc). Por outro lado, o mercado imobiliário surge fortemente condicionado pelas práticas especulativas: o valor cobrado pelo Estado pela venda formal ou pelo trespasse de chaves de um apartamento ou de uma vivenda é geralmente acrescido várias vezes, gerando um valor adicional que vai alimentar uma extensa cadeia de funcionários públicos das instituições oficiais de habitação, por forma a dar andamento ou a acelerar o processo.

A não presença do Estado e a presença de elementos crescentes de informalização no modo como os cidadãos solucionam as suas necessidades está praticamente generalizada a todos os sectores da vida nacional: no

⁴ Resultante da ausência de cultura cívica de vivência em centros urbanos dos migrantes oriundos das áreas rurais.

⁵ K.Macharia (1997) identifica os traços principais das cidades do terceiro mundo: elevadas taxas de crescimento populacional, informalização, sobre-urbanização, estagnação económica, níveis elevados de desemprego e subemprego, proliferação dos assentamentos informais não planeados, ausência e deficiência de infra-estruturas e equipamentos sociais, sistemas de transportes e comunicações insuficientes e ineficientes, congestionamento do tráfego, níveis acentuados de poluição, ruralização dos modos de vida suburbanos, etc.

⁶ Não existindo um recenseamento actualizado em Angola, os números que se referem à actual população da capital angolana variam de autor para autor, a maioria dos quais aponta para um valor superior a 3 milhões de residentes.

⁷ Esta dinâmica traduz-se inclusivamente na designação atribuída pelas populações de um dos bairros mais recentes no Município do Cazenga, Tunga Ngo, cujo significado é "constrói só".

abastecimento de água⁸ e de energia, na prestação de serviços de saúde e de educação⁹, entre outros. *Para resolver um assunto ou tratar de um documento nas repartições públicas, o cidadão se não tiver dinheiro para dar a "gasosa" nunca mais resolve o problema (PNUD 1999b)...o contrabando, a fuga ao fisco, as comissões e o suborno são actos comuns e frequentes na sociedade angolana, praticados quer como forma de sobrevivência quer como mecanismos de adaptação à realidade económica do país* (p.ex: a existência de situações de monopólio no fornecimento de determinado tipo de bens e serviços – como é caso, entre outros, do cimento -, associada à escassez da sua oferta, possibilita a quem detém posições de charneira na tomada de decisões sobre a respectiva afectação a obtenção de rendas suplementares – “gasosa” ou “comissões”- que lhes permitem contornar a magreza dos baixos salários que auferem e a acelerada degradação do seu poder aquisitivo).

Nalguns casos, o alastramento da informalidade resulta da própria matriz sócio-cultural das populações, como parece ser o caso das populações regressadas da ex-República do Zaire e de origem Bakongo, fortemente envolvidas nas actividades informais, por força da tradição, dos laços de parentesco e solidariedade, da pertença a redes comerciais transnacionais (que alimentam os mercados informais angolanos) e de uma filosofia e cultura de comportamento social muito marcada pelo “espírito de desenrascançô”, pelo “contar essencialmente com as próprias forças”.

O BAIRRO ROCHA PINTO

1 - O bairro Rocha Pinto é um bairro relativamente recente. O decreto executivo nº36/81, onde se procede à definição dos limites da Província de Luanda e respectivas subdivisões não dá ainda notícia da sua existência legal e administrativamente reconhecida. O espaço que actualmente delimita o bairro Rocha Pinto está localizado na faixa litoral Poente, numa extensão de cerca de 2km, em direcção à Barra do Kwanza e estendendo-se em direcção ao aeroporto, que o limita a Nascente, igualmente em cerca de 2 km. O bairro é atravessado pela Avenida 21 de Janeiro, que o divide em 2 zonas. F. Queiroz (1999) refere que a deslocação de população para Luanda em busca de segurança, face à incapacidade do sistema oficial de construção em dar resposta ao crescimento urbano acelerado, deu origem a bairros inteiramente informais como é o caso dos bairros Rocha Pinto, Kikolo e Morro Bento. De acordo com o Administrador Municipal da Maianga, o bairro Rocha Pinto passa a ter a sua existência legal a partir de 1999, no quadro de uma reestruturação político-administrativa que integra no Município da Maianga os bairros da Maianga, Prenda e Cassequel e institui a Comuna Rocha Pinto, composta pelo bairro Rocha Pinto, pelo bairro Morro da Luz e pelo bairro Morro Bento/Gamek. Ainda segundo as informações que nos foram prestadas pelo responsável municipal, não havendo dados precisos, a população da Comuna Rocha Pinto rondaria em Setembro de 1999 os 130 mil habitantes, dos quais 115 mil seriam residentes no bairro Rocha Pinto. Estas informações são significativamente distintas das que nos foram prestadas pelo Administrador Comunal que estima, para 1998, uma população comunal de 244 mil habitantes. Segundo o responsável comunal, *o bairro Rocha Pinto começou a crescer em 1979, data antes da qual o espaço era ocupado por 10 a 15 habitações, por lavras e plantações*. O responsável comunal refere que a Comuna Rocha Pinto está organizada em 11 sectores, sendo os mais antigos aqueles em que se regista um maior nível de densificação populacional, acrescentando que todos os sectores têm Comissão de Moradores. De acordo com o seu relato, para além do posto de polícia instalado no

⁸ O abastecimento de água na maioria dos bairros de Luanda é realizado a partir da revenda efectuada nos tanques de água. Algumas famílias possuem tanques, que são abastecidos pelos camiões-cisterna (e, em alguns casos, por desvíos clandestinos das condutas de água), os quais se abastecem da rede normal da empresa estatal fornecedora de água (EPAL) em vários pontos de Luanda, Cacuaco e Viana, principalmente na estação de Quifangondo. Muitos dos proprietários dos tanques pagam “gasosa” aos fiscais da EPAL e a cadeia de venda a retalho dissemina-se por vários níveis. Acrescente-se ainda que o mercado informal de água incorpora também entre os seus operadores os carregadores de água, geralmente jovens que efectuem o transporte dos bidões de água nos imóveis habitacionais.

⁹ No relatório do PNUD sobre o desenvolvimento humano em Angola – 1999, faz-se eco da corrupção que grassa no sistema de ensino, forma encontrada por parte substancial dos docentes para garantir a sua subsistência e das respectivas famílias, uma vez que os parcos salários que auferem são geralmente pagos com vários meses de atraso. As dificuldades relacionadas com a capacidade de acesso às escolas oficiais (falta de dinheiro, falta de vagas, falta de professores, etc) tem gerado o aparecimento de escolas particulares, de salas de estudo, de centros de explicações, reflectindo a resposta espontânea das populações perante um problema concreto.

Não existe uma versão única quanto à origem do nome do bairro. De entre as versões que as entrevistas efectuadas nos permitiram recolher, a que se nos afigura mais credível é a que foi produzida por um dos moradores mais antigos do bairro, Luís Costa, de 50 anos, que habita o bairro desde pequeno: *nos anos 70 não havia aqui casa nenhuma... naquela casa antiga onde agora é uma lanchonete, era onde morava o Sr. Pinto e um pouco mais para cima havia uma rocha grande, junto da qual os camponeses iam buscar água; era a rocha do Sr. Pinto, então é dali que vem Rocha Pinto...*

edifício que é a sede da administração comunal, existem na Comuna, 2 escolas oficiais do I nível, 2 escolas oficiais do II nível, e inúmeras igrejas. Adianta ainda que a generalidade dos habitantes não tem acesso a água canalizada, a rede telefónica já não funciona e, em alguns sectores não há energia eléctrica. Um alfaiate, natural do Kwanza Sul, um dos moradores mais antigos e mais respeitados do bairro (a rua onde reside é conhecida como a rua do João N'Gola) refere que a ocupação do bairro começou a partir de 1979, com os primeiros habitantes a deslocarem-se de outros bairros da cidade, nomeadamente do bairro Prenda. Depois começaram a chegar das províncias, a fugir da guerra, facto que ainda hoje se verifica. O referido morador define o processo de ocupação do bairro da seguinte forma: *primeiro ocupavam os talhões e construíam junto aos locais onde viviam familiares ou gente da mesma terra de origem; agora juntam-se em casa dos familiares e depois, conforme podem, constroem nos quintais dos que no bairro ainda têm espaço e alugam.*

Manuel de Sousa, jornalista e colaborador em vários trabalhos com investigadores angolanos, observa que o Rocha Pinto começou a crescer, a partir do momento em que foi construída a estrada do aeroporto para o Futungo, sublinhando que a maior parte da sua população são deslocados de guerra: *o Rocha Pinto é um caminho directo que vem do Kwanza Sul; era por ali que chegavam os deslocados.* Adianta ainda que a população do bairro é um mosaico constituído por pessoas oriundas de diferentes províncias: *primeiro foram os bakongos... há muitas famílias do Kwanza Sul e muitas do Uíge, outras vindas do Zaire.* João Pedro, topógrafo de profissão, actualmente desempregado, membro da Associação de Amigos do Rocha Pinto, habita o bairro desde 1971 numa casa que herdou do pai (um antigo cantineiro) e vive do aluguer da cantina anexa à sua habitação, da venda de água aos vizinhos e de algum dinheiro que recebe pela colaboração que presta, pontualmente, à polícia. Refere que *quando o pai mandou construir a casa não existia mais nenhuma à volta e que o bairro foi crescendo, depois da independência, com gente que vinha procurar segurança quando começaram os problemas nos outros bairros e, mais recentemente, fugindo da guerra.* Acrescenta que *o bairro cresceu muito depressa, que as ruas não são urbanizadas, nem pensaram em fazer caminhos...as primeiras casas construídas eram todas em chapas de zinco, depois apareceram as casas de pau a pique ou de tijolo, conforme as posses e só mais recentemente as de blocos de cimento.* Morador no sector 2, sublinha que já há poucos espaços livres no bairro, que há muita gente a recorrer a puxadas da rede eléctrica, que existem problemas de drenagem das águas, de segurança e que se alguém morre tem que ser enterrado em cemitérios "fantasmas".

Luís Costa, natural do Kwanza Norte, actualmente desempregado (a mulher é vendedora de tomate no mercado Rocha Pinto-Paviterra), afirma que a casa onde habita foi construída por ele próprio, com blocos de cimento que fabricou, num talhão que pertencia a uma lavra que herdou da mãe. Um outro informante, Domingos Paulo, natural de Luanda e pescador de profissão (a família vive da venda do peixe e da venda de peixe seco, que a mulher compra a outros pescadores e que escala e seca), também assegura ter sido ele próprio, mais o cunhado, que fizeram os blocos de cimento e construíram a casa que habita, num terreno que herdou do pai e que foi ocupado pouco depois da independência (1980/81). Refere que compra a água e que só tem energia uma vez ou outra. *A gente passa 1, 2, 3 semanas sem energia, depois há aí certos indivíduos que vêm fazer contribuição; quando liga a energia tens que pagar dinheiro e paga portanto 10, 20; passado uma semana já não tem outra vez, perde aquele dinheiro e volta a ligar: eh pá, já liguei outra vez, tem que pagar outra vez...*

2 – Num estudo publicado em 1997 pela Concern Worldwide, uma Ong que teve uma breve intervenção no bairro a nível do micro-crédito, evidencia-se o facto de serem as actividades económicas informais que constituem o principal recurso de sobrevivência das populações do bairro. O referido estudo, que utiliza a metodologia da abordagem subsectorial¹⁰, aborda de forma particular o comércio de água, o comércio de peixe seco e o comércio de mandioca, três das principais formas de ocupação e de obtenção de rendimentos a que recorrem os moradores do Rocha Pinto. O estudo efectuado pela supracitada Ong constata que um número significativo de membros da população do bairro Rocha Pinto está envolvido em cada estágio de cada subsector e esse envolvimento assume formas diversas tendo como finalidade a respectiva sobrevivência. Assim, na cadeia de comercialização de água, participam os condutores dos camiões-cisterna, os retalhistas proprietários de tanques/reservatórios, os retalhistas que ven-

¹⁰ Este tipo de metodologia tem como objectivo examinar e identificar o sistema de aquisição de inputs, de produção/processamento e distribuição de bens finais, pondo em relevo os seus intervenientes, funções e relações que se estabelecem entre eles. No caso do Rocha Pinto, a selecção dos subsectores resultou da consideração de vários critérios, entre os quais se destacam: o número de operadores envolvidos no subsector, o crescimento da procura dos bens, o potencial de expansão de cada subsector e a sua importância no contexto das actividades económicas da população do bairro, a sua importância para a sobrevivência das populações e a possibilidade de identificação de grupos-alvo para programas de intervenção, o interesse manifestado pelos seus agentes em participar, o potencial que representariam para a intervenção da Ong.

dem a partir da rede oficial de abastecimento de água, os retalhistas que vendem no mercado, os carregadores e os consumidores. No que se refere à produção/comercialização de peixe seco foram identificados os seguintes tipos de intervenientes: pescadores (que, em termos de género, são exclusivamente homens), transformadores (os agentes que escalam, cortam e secam o peixe), os grossistas (que vendem o peixe seco na praia da Samba ou no mercado Roque Santeiro), os retalhistas (que adquirem o peixe seco na praia da Samba ou aos retalhistas do mercado Roque Santeiro para o vender aos consumidores e que são exclusivamente mulheres), os candongueiros e os consumidores. Relativamente ao subsector da mandioca, o estudo identificou os seguintes estádios ou funções: cultivo/recolocção da mandioca (homens/mulheres); secagem da mandioca (mulheres); transporte da mandioca para Luanda (homens); comercialização grossista (homens/mulheres); comercialização retalhista (há diferentes níveis de retalho - mulheres); transporte para os locais de armazenagem, de transformação ou para os mercados (homens); armazenagem (homens); transformação da mandioca em "fuba" (homens); venda a retalho da fuba (mulheres), venda a retalho do "funge"¹¹, consumo.

Em termos de estrutura económica, o administrador comunal refere a existência de algumas empresas formais, nomeadamente a Mota e Companhia (empresa que faz as valas para a drenagem das águas pluviais) e a Paviterra, em que a maioria dos trabalhadores são oriundos de outros municípios. Refere também os seguros da Ensa, a existência de uma padaria, um comerciante formal (o Sr. Canhongo), e a existência de 2 mercados oficiais (o Quintalão e o mercado do Camionista) e de 4 mercados informais, que asseguram o essencial do abastecimento alimentar das populações.

O referido informante adianta ainda que proliferam na Comuna variadas actividades informais, destacando a pesca, a serralharia, a carpintaria, a moagem, a mecânica, bem como a existência de escolas privadas até ao III nível, de centros médicos privados e da actividade dos médicos tradicionais (curandeiros). Acrescenta ainda que, recentemente, foi descoberto um cemitério informal, mas que já foi desmantelado.

André João, de 31 anos, natural da província do Zaire, regressou de Kinshasa em 1991, onde aprendeu o ofício de carpinteiro, marceneiro e estofador. Apesar de residir no bairro Prenda, o seu local de trabalho é no Rocha Pinto. Trabalha numa oficina, como assalariado, juntamente com mais um carpinteiro, 2 estofadores e 3 ajudantes. Executam todo o tipo de trabalhos (camas, portas, janelas, caixões, etc) e fazem reparações. O material com que trabalham é adquirido no mercado do Kikolo, sendo transportado para o bairro em carros alugados (candongueiros).

O recurso à diversificação de actividades surge como uma das principais estratégias das famílias para solucionar os problemas de sobrevivência imediata com que se confrontam. Atente-se no caso de Nazaré de Carvalho, estudante e casada com um mecânico de automóveis que trabalha nas Lundas: vive com os pais, o irmão mais novo e três filhos; a sobrevivência do agregado é assegurada pela produção da lavra que a família mantém para os lados da Gamek, parte da qual é vendida por ela e pela mãe no mercado; o pai colabora com concertos de fogões a gás e pequenos trabalhos de soldador que efectua em casa; periodicamente recebe ajuda monetária do marido e, pontualmente, da irmã, que mora no Cazenga e é negociante. Outro exemplo é o de Pedro João, pescador e curandeiro. *A mulher contribui escalando o peixe e vendendo-o seco. Alguns dos filhos, vendem roupas de fardo no mercado e as meninas vendem cerveja à porta de casa.*

3 – Num inquérito realizado aos operadores do comércio retalhista activos nos mercados Congolezes, Rocha Pinto e Shabba, em Agosto de 1996¹², foram inquiridos no mercado Rocha Pinto (também conhecido por mercado do Parque - Paviterra)¹³ 34 vendedores, com o objectivo de identificar aspectos relacionados com a actividade

¹¹ Expressão que, em Angola, identifica a fuba cozinhada.

¹² O referido inquérito foi levado a efeito no quadro da investigação no terreno realizada pelo autor para efeitos de elaboração da sua tese de mestrado em Estudos Africanos, Desenvolvimento Económico e Social em África: "A formação de preços nos mercados informais de Luanda: estudo comparativo dos mercados Congolezes, Rocha Pinto e Shabba".

¹³ O mercado Rocha Pinto, que se situa junto das instalações da empresa Paviterra, apresenta grande parte das características que identificam os mercados informais: de criação recente, tendo surgido na década de 80, funciona enquadrado por infra-estruturas mínimas (bancas, etc), de carácter artesanal, no que se refere à exposição, conservação, armazenamento e controlo sanitário dos bens transaccionados. A situação mais frequente é a da exposição dos produtos em panos, sobre o chão. Trata-se de um mercado de oferta diversificada, em que se comercializam essencialmente bens importados, com relevo particular para os produtos alimentares. Existe um sector relativamente expressivo ocupado pela comercialização de vestuário, quer de pronto-a-vestir, quer confeccionado por artesãos (há alguns alfaiates a trabalhar em pleno mercado). Nas imediações e em redor do mercado regista-se a presença de inúmeros agentes que prestam serviços complementares (transporte/carregamento de mercadorias, segurança/vigilância, confecção de alimentos, lavagem de automóveis, etc). Em 1996, estimava-se que, diariamente, estavam activos no mercado cerca de 1200 a 1500 operadores informais, na sua esmagadora maioria do género feminino (Lopes, C.M., 1998).

desenvolvida. A amostra observada permitiu a seguinte caracterização sócio-demográfica: 58,8% dos inquiridos eram mulheres, concentradas essencialmente na venda de produtos alimentares. A maioria dos respondentes tinha idades compreendidas entre os 16 e os 35 anos e apenas 14,7% era originária de Luanda. A maioria dos informantes eram migrantes, 64,7% dos quais residindo na capital angolana há mais de 4 anos. Dos respondentes, 20,5% afirmaram estar a viver em Luanda há menos de 1 ano. Quanto à sua proveniência, as províncias do Kuanza Sul (23,5%), Uíge (20,6%), Malange (11,8%), Benguela (8,8%) e Kuanza Norte (5,9%) constituíam os locais de origem mais significativos. Fugir à guerra (24,9%), a necessidade de procurar emprego (23,5%) ou o imperativo de acompanhar familiares (17,6%) foram os motivos mais invocados para a migração para a capital. No que se refere ao seu nível de instrução, apenas 2,9% admitiram não saber ler nem escrever, competência assumida por 5,9% dos respondentes, enquanto que 79,4% referiram ter concluído pelo menos um nível do ensino básico (17,6% concluíram o I nível; 29,4% terminaram o II nível e 32,4% finalizaram o III nível). A observação da referida amostra permitiu efectuar também uma breve caracterização da actividade económica desenvolvida. Deste modo, dos 34 inquiridos, 94,1% desenvolviam actividade comercial há menos de 6 anos, tendo metade dos respondentes realizado o seu ingresso no comércio retalhista há mais de 1 ano mas há menos de 3 anos e sendo também relevante a percentagem de operadores activos há menos de 1 ano (11,8%). A totalidade dos vendedores auscultados exercia a sua actividade exclusivamente no mercado Rocha Pinto e 50% deles referiu ter familiares também envolvidos no comércio informal (29,4% a vender no próprio mercado Rocha Pinto, 5,9% no mercado Roque Santeiro, distribuindo-se os restantes por outros mercados de Luanda, como por exemplo, o mercado Asa Branca, o mercado dos Congolezes ou o mercado dos Kwanzas). Sublinhe-se que apenas 11,8% dos informantes praticam o comércio a retalho em acumulação com outro tipo de actividades, sendo que 41,2% dos comerciantes inquiridos exerceram anteriormente outro tipo de actividades. Quanto às razões adiantadas para o ingresso na actividade comercial, a falta de emprego no sector formal (23,5%) surge como a mais referida, enquanto que 11,8% dos inquiridos explicam esse ingresso pelo desejo de independência. O peso relativo destas duas razões surge ainda potenciado pelo facto de surgirem referidas em respostas em que se efectuam combinações de razões para explicar os motivos que os levaram a praticar o comércio retalhista (falta de emprego no sector formal/desejo de ser independente; falta de emprego no sector formal/outras razões; desejo de ser independente/outras razões). Apenas 11,8% dos vendedores optam pela especialização, vendendo apenas 1 tipo de produto, sendo frequente o recurso a estratégias de diversificação da oferta (35,3% dos vendedores vendem mais de 5 produtos diferentes). Os produtos alimentares (44,1%) e a venda pelo mesmo operador de produtos alimentares e de produtos de higiene pessoal (17,6%) constituem a maioria dos produtos comercializados pelos vendedores inquiridos no mercado Rocha Pinto, 82,4% dos quais transaccionam com produtos importados. As famílias (61,8%) e as empresas/agentes informais (20,6%) constituem o grosso da clientela dos comerciantes do mercado Rocha Pinto, 47,1% dos quais se abastecem indiferenciadamente em empresas formais, empresas/agentes informais e outras origens. 29,4% dos inquiridos referiu que os seus fornecedores tinham exclusivamente outra origem, que foi identificada como sendo maioritariamente o mercado Roque Santeiro (67,6%) e fornecedores individuais/ocasionais, como por exemplo os trabalhadores do porto ou militares da FAA (11,8%). Quanto à forma de pagamento das transacções, 85% dos informantes referiram realizá-las exclusivamente a pronto de pagamento. Por fim, a totalidade dos inquiridos afirmou não pagar qualquer montante de aluguer nem qualquer tipo de taxa à Direcção Provincial de Serviços de Mercados e Feiras.

No mesmo mercado foi realizado pela Concern Worldwide (1997) um inquérito a 200 vendedores dos subsectores de venda de Bombo (farinha de mandioca), Carvão, Feijão, Pão e Peixe Seco. Destacam-se apenas algumas das principais conclusões, referidas à amostra global¹⁴, algumas das quais confirmam o desenho acima esboçado relativamente ao perfil e ao modo de operação dos comerciantes instalados no mercado Rocha Pinto. 96% dos respondentes eram mulheres, com uma idade média de 28 anos; a maioria dos respondentes tinham vindo de outras províncias do país, nomeadamente de Malange (31%), Uíge (31%) e Kwanza Sul (26%); o tempo médio de residência no bairro foi estimado em 8,3 anos; 52% dos inquiridos declararam saber ler e escrever; os principais tipos de bens comercializados foram identificados como diferentes variedades de bens alimentares (21 respondentes identificaram 17 itens diferentes), a cerveja e outras bebidas e o tabaco; o arranque do negócio foi feito com base essencialmente em poupanças individuais (42%), com o auxílio do cônjuge (26%) ou com o apoio da família (22%). Os beneficiários da actividade realizada são referenciados, como sendo principalmente a família

¹⁴ A análise subsector a subsector e entre os diferentes subsectores produziu igualmente informações muito interessantes.

do vendedor (68%) ou o próprio vendedor (17%); a maioria dos vendedores vendem os seus produtos em um (38% dos respondentes) ou em dois dias (36% dos inquiridos), sendo que o pronto de pagamento é a modalidade de transacção por que opta a grande maioria dos comerciantes; 55% dos clientes são mulheres, correspondendo a categoria homens/mulheres a 22% das respostas obtidas; os consumidores constituem a maior fatia da clientela (90%), enquanto que apenas 3% vendem a restaurantes; a maioria dos vendedores tencionava (76%) continuar a praticar a actividade comercial, por ser habitual (22%) ou por outras razões que constituem variações em torno da necessidade de obter dinheiro ou da ausência de outro tipo de oportunidades.

4 - Num inquérito conduzido, no âmbito do projecto "Urbanização acelerada em Luanda e Maputo: impacto da guerra e das transformações sócio-económicas (décadas de 80-90)", em Setembro de 1999, foram administrados 257 questionários a agregados familiares residentes no bairro Rocha Pinto (70% dos quais constituídos por 1 a 8 membros e 28,4% por 9 a 15 pessoas), correspondendo a um total de 1857 membros da população abrangidos pela amostra. Dos respondentes, 255 eram os chefes dos referidos agregados familiares, distribuídos por género da seguinte forma: 89,8% homens e 10,1% mulheres. Do total de chefes de agregados familiares inquiridos, o escalão etário mais representativo (22,4% dos informantes) situava-se entre os 30 e os 34 anos, sendo também relevantes as frequências encontradas para outros escalões etários: 18% concentravam-se no escalão compreendido entre os 35 e 39 anos, 12,9% tinham idades situadas entre os 45 e 49 anos e 11,8% era a percentagem registada para os escalões entre os 25 e 29 anos e os 40 e 44 anos de idade. Quanto ao nível de instrução, no bairro Rocha Pinto, apenas 3,5% dos chefes de agregado não possuem nenhum nível de instrução. A maioria dos inquiridos afirmam possuir o III nível (25,9%), qualificação correspondente ao ensino médio (24,3%) ou ter completado o II nível (13,3%). Sublinhe-se a disparidade que se regista em termos de género, com uma nítida discriminação das mulheres: enquanto que apenas 2,6% dos homens afirmam não ter completado nenhum nível de ensino, a proporção de mulheres na mesma situação é consideravelmente maior (11,5%) e bastante mais reduzida que a dos homens, no que se refere aos chefes de agregado que completaram o III nível e/ou o ensino médio (53,3% no caso dos homens contra somente 23% de mulheres). A maioria dos respondentes são migrantes (apenas 5,8% afirmam ter vivido sempre em Luanda), que começaram a afluir à capital após a independência. No bairro Rocha Pinto, 48,6% referiram ter chegado a Luanda entre 1976 e 1987, 24,9% entre 1988 e 1992, 10,9% entre 1993 e 1996 e 4,7% entre 1997 e 1999. Relativamente à data de instalação no talhão, 21,8% dos agregados familiares fizeram-no entre 1976 e 1987, 24,9% entre 1988 e 1992, 20,6% entre 1993 e 1996, e 26,1% entre 1997 e 1999, o que parece indiciar alguma mobilidade residencial entre diferentes bairros na cidade de Luanda. O cruzamento da variável data de chegada a Luanda com a data de instalação no talhão no bairro Rocha Pinto dá expressão numérica a esse movimento: assim, de entre os 53 chefes de agregado que se instalaram no Rocha Pinto entre 1993 e 1996, 43,4% chegaram a Luanda entre 1976 e 1987, 28,3% entre 1988 e 1992 e 20,8% entre 1993 e 1996. Quanto aos moradores mais recentes, que se instalaram nos talhões entre 1997 e 1999, 22,4% chegaram à capital entre 1976 e 1987, 29,9% entre 1988 e 1992, 17,9% entre 1993 e 1996 e 14,9% entre 1997 e 1999. A principal causa invocada para a deslocação para a cidade é a guerra/falta de segurança (44,3%), seguida da procura de trabalho/emprego (21,6%), tendo ainda algum significado os respondentes que afirmam ter vindo juntar-se à família, os que se deslocaram para a cidade por motivos militares e os que a ela afluem para proporcionar mais estudos às crianças e à procura de mais equipamentos sociais. Se a origem da maioria dos chefes de agregado familiar são as províncias do Zaire, Uíge, Malange, Kwanza Sul, Kuanza Norte, Benguela e Huambo (no bairro Rocha Pinto 52,9% dos chefes de agregado têm como língua materna o Kikongo, 19,6% o Kimbundo, 9% o Umbundu e 5,5% o Kioko), a ventilação dos resultados para o total da população da amostra demonstra que, sendo a população do bairro maioritariamente jovem, a maioria dos actuais habitantes do bairro Rocha Pinto (41,9% dos 1857 indivíduos da amostra) são já oriundos da província de Luanda, 24,1% são do Uíge, 5,6% do Zaire, 5,1% do Kwanza Sul, 3,9% de Malange, 3,5% do Moxico, 3,5% de países estrangeiros e 3,1% de Benguela. À medida que se decresce na idade dos grupos etários (idosos, adultos, jovens, crianças) regista-se um decréscimo significativo do peso relativo dos naturais da província do Zaire, do Kwanza Sul, de Malange, de Benguela e do Huambo e, a contrário, aumenta aceleradamente a expressão percentual dos naturais da província de Luanda (16,9% dos 962 adultos, 61,6% dos 482 jovens e 87,6% das 346 crianças, no total dos 1857 indivíduos abrangidos pela amostra no bairro Rocha Pinto). A análise da variável "entidade que concedeu o talhão" proporciona informação interessante: dos 257 agregados inquiridos no bairro Rocha Pinto, apenas 49 (19,1%) foram concedidos pela Comissão de Moradores e/ou Município, 47 foram cedidos por parentes e/ou vizinhos e 151 dos casos, cifra que corresponde a 58,8% dos informantes referiram que foram comprados (81 ocorrências), ocupados (12 respostas),

concedidos por entidade não identificada (7 casos) ou refugiaram-se na opção "não sabe/não responde" (52 ocorrências), o que permite admitir que os procedimentos legais para a obtenção de talhões estarão a ser cumpridos em níveis reduzidos e que se verifica a presença de elementos de informalidade semelhantes aos que se referiram na introdução. No bairro Rocha Pinto 70% dos agregados familiares residem em casa própria construída (na maioria dos casos construída com recurso aos contributos da rede familiar), sendo o aluguer a segunda modalidade de ocupação da habitação actual que regista maior frequência (20,6%). Em qualquer dos casos, a moradia surge como o tipo de casa predominante, traduzindo o facto de a esmagadora maioria das habitações ter sido construída com material de construção definitivo, nomeadamente blocos de cimento (96,4% das habitações visitadas no inquérito são construídas com blocos de cimento como material predominante nas paredes exteriores). No que se refere às condições de vida, sublinhe-se que a maioria das habitações tem um reduzido número de divisões (63 % têm menos de 4 divisões). A elevada densidade de pessoas por divisão fica mais nítida, quando se observa na amostra inquirida que 71,1% das 180 habitações em que residem entre 1 a 8 membros e 45,2% dos agregados constituídos por 9 a 15 pessoas habitam em casas com menos de 4 divisões. No que se refere ao abastecimento de água, os dados apurados através do inquérito vão de encontro às informações já conhecidas, através de outros estudos e de outras vias: 165 respondentes referem que compram a água, 106 dos quais a camiões-cisterna, enquanto que apenas 21 referem obter a água através de um chafariz e somente 2 afirmam que têm torneira ligada à rede da EPAL. Sublinhe-se que 50 dos respondentes no bairro Rocha Pinto afirmam possuir tanque e adquirir a água num camião-cisterna, tratando-se portanto de agregados familiares que obtêm alguns dos seus recursos através da comércio a retalho de água (venda aos vizinhos ou nos mercados). No que se refere à iluminação da habitação, o petróleo surge como a principal fonte energética (171 respostas) enquanto que 102 respondentes admitem utilizar energia eléctrica. Relativamente ao combustível utilizado para cozinhar, os inquiridos referem utilizar preferencialmente gás, seguindo-se o carvão e o petróleo. Questionados sobre o local onde se trataram na última vez 24,5% dos informantes asseguraram ter recorrido aos médicos/enfermeiros do bairro, aos médicos tradicionais ou referiram ter efectuado o tratamento na própria casa (o que poderá significar auto-medicação ou tratamento efectuado sob a orientação dos curandeiros). O meio de transporte utilizado maioritariamente pelos moradores do bairro quando se deslocam para o local de trabalho é o maximbombo¹⁵ e o candongueiro¹⁶ (181 dos inquiridos) enquanto que 21 responderam que se deslocam a pé e apenas 22 utilizando veículo próprio. A análise do tipo de actividade mais importante para os agregados familiares, de acordo com a classificação do CAE¹⁷, põe em relevo o comércio por grosso e a retalho (35,4%), seguido da administração pública e defesa (17,9%), dos transportes, armazenagem e comunicações (10,5%), das indústrias transformadoras (8,6%) e da construção (5,8%). De referir também os valores correspondentes a "actividade não especificada" (5,1%) e "não sabe/não responde" (5,4%). Trata-se no essencial de actividades onde se regista, tradicionalmente, um elevado padrão de participação de operadores informais como é o caso do comércio retalhista, dos transportes e da construção) e de presença de elementos de informalidade (como acontece, no caso da administração pública, em que é frequente o recurso à pluri-actividade e a uma grande diversidade de práticas informais como forma adicional de obtenção de rendimentos). A comparação com a actividade anterior do chefe de agregado revela uma variação sensível relativamente às actividades comerciais (que ocupava apenas 20,6%), e variações positivas, ainda que ligeiras, no peso relativo correspondente aos segmentos de actividade já identificados: administração pública e defesa (15,6%), transportes (8,9%), indústrias transformadoras (5,8%) e construção (4,7%). Assinale-se ainda que as actividades relacionadas com a educação perdem peso relativo (4,3% no caso da actividade anterior do chefe de agregado contra 2,3% em relação à actividade actual), enquanto que nas actividades relacionadas com a saúde e acção social se verifica um ligeiro acréscimo de importância relativa (2,7% em relação à actividade anterior contra 3,1% relativamente à actividade actual). O cruzamento das informações relativas às profissões/actividades com a percepção do carácter formal ou informal com que são desempenhadas/desenvolvidas, ventilada em relação ao número global de indivíduos (1857) que o inquérito permitiu identificar no bairro Rocha Pinto, forneceu os seguintes resultados: a esmagadora maioria dos respondentes optou por não especificar o carácter formal ou informal das actividades desenvolvidas pelos diferentes membros dos agregados familiares (1109) ou escolheu a resposta "não sabe/não responde" (251); dos 186 membros que foram objectivamente

¹⁵ Expressão que, em Angola, identifica os autocarros de transportes públicos.

¹⁶ Expressão que, em Angola, identifica os operadores dos transportes não oficiais.

¹⁷ Classificação das Actividades Económicas.

identificados como desenvolvendo actividades informais, 65,6% exercem actividade comercial, 9,7% são do ramo dos transportes, 8,1% participam nas actividades incluídas na indústria transformadora e 5,9% são agentes activos na construção. Por contraste, dos 86 indivíduos que foram referenciados pelos inquiridos como exercendo actividades formais, 51,2% concentram-se na administração pública e defesa e 14% nas actividades relacionadas com a educação (professores e outros funcionários das escolas oficiais existentes no bairro). Questionados sobre as ajudas que recebem para além do rendimento do trabalho, os respondentes salientaram a ausência de ajudas do Estado ou ao nível dos órgãos de bairro (zero ocorrências). A família, os vizinhos, as igrejas e as pessoas da terra de origem são as entidades, identificadas por ordem decrescente de contribuição, com que os respondentes afirmaram poder contar para a resolução dos problemas familiares económicos do dia-a-dia, dos problemas familiares económicos extraordinários e dos problemas familiares não-económicos. Finalmente, os respondentes, na sua esmagadora maioria (201) afirmaram não destacar ninguém em termos de contribuição para a melhoria da vida no bairro, sendo apenas 35 as respostas que atribuem às Comissões de Moradores, ao Estado e ao Município um papel positivo nesse domínio.

CONCLUSÃO

Os elementos de informação apresentados, ainda que possam parecer excessivos para uma intervenção desta natureza, parecem apontar no sentido da confirmação da ideia fundamental expressa na introdução. A opção por cruzar dados obtidos em processos de recolha de informação oriundos de fontes diversificadas, bem como o recurso a técnicas de recolha de dados diferenciadas (inquiridos por questionário de administração indirecta e entrevistas estruturadas e semi-estruturadas), sobre o pano de fundo de um quadro conceptual desenvolvido, numa base consensualmente alargada, por especialistas e investigadores sobre a realidade económica e social angolana (e sobre a luandense, em particular), teve como objectivo fornecer mais consistência e mais segurança ao desenho da génese e do processo de crescimento do bairro Rocha Pinto, sobre os recursos e estratégias que os seus habitantes utilizam para garantir a sua sobrevivência, sobre as condições em que se processa a sua vivência quotidiana, sobre algumas das práticas económicas e sociais a que os actores que constituem e habitam o bairro dão expressão, sobre alguns dos modos e a natureza das relações que estabelecem com as entidades que corporizam a componente formal presente no bairro.

Afigura-se-nos pacífica a conclusão que se enuncia: pela origem das populações que o construíram, pela forma espontânea e não planificada como foi crescendo, pelo crescimento contínuo das actividades económicas informais que asseguram a sobrevivência da grande maioria dos residentes, pelo crescimento dos níveis de pobreza urbana com que se confrontam os seus moradores (obrigados a dar resposta a elevados custos de vida num cenário caracterizado por uma cada vez maior vulnerabilidade e precariedade em relação à obtenção dos indispensáveis rendimentos monetários, por uma diluição do papel das redes de entreaajuda familiar, de vizinhança ou de matriz étnica e por uma sobrevivência cada vez mais fragilizada em condições ambientais acentuadamente degradadas), pelo carácter cada vez mais informal das relações que os actores sociais estabelecem com os representantes, com os modelos de organização do trabalho, com os espaços e com o seu modo de apropriação/utilização (a existência de um mercado informal e ilegal relacionado com a posse e uso das terras e que abrange o aluguer, a venda e revenda e a auto-construção, foi sempre tolerada pelas autoridades como forma de contornar um potencialmente grave problema político, num contexto de um enquadramento jurídico-oficial constrangedor e omisso relativamente à existência de um mercado de terras legal, protector dos direitos de propriedade, com fronteiras, limites e prioridades claramente definidas entre a propriedade pública e a privada, e orientado por preocupações de segurança pública e de protecção do ambiente), que caracterizam a sociedade formal, pela crescente ausência das instituições e estruturas que dão expressão ao poder formal e pela crescente incapacidade que revelam na satisfação das necessidades mais elementares das populações, cada vez mais compelida a "contar essencialmente com as suas próprias forças", pode considerar-se o bairro Rocha Pinto como um bairro informal¹⁸. Em Luanda, a capital angolana, sob a pressão de um explosivo e descontrolado crescimento populacional induzido

¹⁸ Sob o ponto de vista dos planos urbanísticos da cidade, o bairro Rocha Pinto está instalado numa área considerada de transgressão, uma vez que parte dele se situa no interior da área de reserva de protecção do aeroporto 4 de Fevereiro e está edificado em terreno impróprio para habitação, em terrenos muito sujeitos à erosão, em que pontificam enormes ravinas.

pelas sucessivas vagas de deslocados de guerra, pelos migrantes atraídos para à cidade pela miragem de melhores condições de vida¹⁹ e por elevadas taxas de crescimento natural, constatam-se processos de crescimento da informalidade, nas suas múltiplas dimensões, em inúmeros outros bairros, mais ou menos recentes (p.ex: os que se situam na actual Comuna do Kikolo ou alguns dos que constituem o Município do Cazenga). Nesse sentido pode, sem grande margem de erro, afirmar-se que Luanda é cada vez mais uma cidade informal, que se diferencia das grandes capitais do sub-continente basicamente pela extensão, pela acentuada capacidade de penetração das práticas/comportamentos de natureza informal em praticamente todas as dimensões da vida económico-social, e pela forma mais visível (e, eventualmente, mais chocante) como são assumidos , aos diferentes níveis hierárquicos da sociedade luandense, o recurso aos “esquemas” e ao tráfico de favores, a ávida procura de rendas adicionais – sob a forma de “gasosa” ou de “comissões” - e o privilégio e a priorização sistemática dos interesses privados e de grupos sociais específicos em detrimento do benefício dos interesses colectivos.

BIBLIOGRAFIA

- Lautier, B. (1994) – *L'économie informelle dans le tiers monde*, Editions L'Harmattan, Paris.
- Lautier, B.; Miras, C.; Morice, A. (1991) – *L'état et l'informel*, Editions L'Harmattan, Paris.
- Concern Worlwide (1997) – “The subsector analysis: Bairro Rocha Pinto, Luanda – Improving Economic Opportunities in the Informal Sector”, Luanda.
- Ferreira, M.E. (1995) – “O processo de privatização em Angola”, *Política Internacional*, vol 1, 10: 177-196, Lisboa.
- Governo de Angola (1998) – *Programa de Recuperação e Estabilização Económica de Médio Prazo 1998/2000*, Luanda.
- Governo de Angola (1981) – *Divisão Político-Administrativa da Província de Luanda*, Ministério da Coordenação Provincial, Luanda.
- Hugon, P. (1999) – *Economia de África*, Editora Vulgata, Lisboa.
- Laguerre, M. (1994) – *The Informal City*, Macmillan Press Lda, London.
- Lopes, C.M. (1999) – “Elementos para a compreensão do Sector Informal Urbano nos Países em Desenvolvimento: anotações sobre o retalho informal em Luanda e Maputo”, Comunicação apresentada ao Colóquio África – Populações, Ambiente e Desenvolvimento, ISCSP, Lisboa.
- Lopes, C.M. (1998) – “A formação de preços nos mercados informais de Luanda: estudo comparativo dos mercados Congolezes, Rocha Pinto e Shabba”, Dissertação de Mestrado em Estudos Africanos, ISCTE, Lisboa.
- Macharia, K. (1997) – *Social and Political Dynamics of The Informal Economy in African Cities – Nairobi and Harare*, University Press of America, Boston.
- PNUD (1999a) – *Angola: Economic Developments in 1998*, Luanda.
- PNUD (1999b) – *Relatório sobre o Desenvolvimento Humano – Angola 1999*, Luanda.
- Rocha, A. (1999) – *Angola: Estabilização, Reformas e Desenvolvimento*, Luanda.
- Queiroz, F. (1999) – “A importância da Economia Informal no Alívio da Pobreza em Angola”, Comunicação apresentada às 3^{as} Jornadas Técnico-Científicas da FESA, Luanda.
- Queiroz, F. (1996) – “O Sector Informal de Economia em Angola (contributos para a sua compreensão e enquadramento jurídico-económico)”, Dissertação de Mestrado em Ciências Jurídico-Económicas, Faculdade de Direito, Lisboa.

¹⁹ Sublinhe-se que, o potencial de atracção que os centros urbanos continuam a exercer sobre os migrantes, para além da possibilidade de mais fácil acesso à provisão de bens e serviços que são mais escassos nos meios rurais, e face ao permanente declínio da capacidade de absorção que o sector formal detinha, se baseia em parte, nas virtualidades oferecidas pelo sector informal, nomeadamente e entre outras, a flexibilidade das relações laborais, a possibilidade de arbitragem sobre os modos de ocupação do tempo, a possibilidade do exercício da pluri-actividade e da manutenção de fluxos de circulação campo-cidade no quadro das estratégias de sobrevivência dos redes familiares, a não exigência de qualificações e competências específicas e de recursos elevados.